

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.134.105.562
Preferenciais	0
Total	2.134.105.562
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	2.039.627	2.014.418
1.01	Ativo Circulante	50.230	43.394
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.905	19.412
1.01.03	Contas a Receber	19.663	18.972
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.663	18.972
1.01.03.02.01	Contas a Receber	19.570	18.972
1.01.03.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	93	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.103	1.722
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.103	1.722
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.694	2.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	865	845
1.01.08.03	Outros	865	845
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	136	64
1.01.08.03.02	Outros Créditos	729	781
1.02	Ativo Não Circulante	1.989.397	1.971.024
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	210.871	203.179
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.517	27.435
1.02.01.07	Tributos Diferidos	155.006	146.885
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	155.006	146.885
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	8.219	8.379
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	20.129	20.480
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	20.129	20.480
1.02.03	Imobilizado	17.372	7.810
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.803	7.810
1.02.03.02	Direito de Uso em Andamento	9.569	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso (IFRS 16)	9.569	0
1.02.04	Intangível	1.761.154	1.760.035
1.02.04.01	Intangíveis	1.761.154	1.760.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	2.039.627	2.014.418
2.01	Passivo Circulante	197.172	187.266
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.449	6.720
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.449	6.720
2.01.02	Fornecedores	20.561	30.984
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.561	30.984
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	20.561	30.984
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.002	6.945
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.002	6.945
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	69.931	67.928
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	69.721	66.336
2.01.04.02	Debêntures	210	1.592
2.01.05	Outras Obrigações	23.533	21.601
2.01.05.02	Outros	23.533	21.601
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	13.873	12.182
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	3.142	6.788
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.259	1.228
2.01.05.02.08	Transações com partes relacionadas	1.292	1.403
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	3.967	0
2.01.06	Provisões	71.696	53.088
2.01.06.02	Outras Provisões	71.696	53.088
2.01.06.02.04	Provisão para investimentos em rodovias	16.073	0
2.01.06.02.05	Provisão para manutenção em rodovias	55.623	53.088
2.02	Passivo Não Circulante	676.523	696.542
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	580.214	594.669
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	499.910	516.669
2.02.01.02	Debêntures	80.304	78.000
2.02.01.02.01	Debêntures	80.304	78.000
2.02.02	Outras Obrigações	5.697	0
2.02.02.02	Outros	5.697	0
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	5.697	0
2.02.04	Provisões	90.612	101.873
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.913	4.443
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	785	500
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	696	511
2.02.04.01.05	Contingências Regulatórias	3.432	3.432
2.02.04.02	Outras Provisões	85.699	97.430
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	34.629	31.321
2.02.04.02.05	Provisão para investimentos em rodovias	51.070	66.109
2.03	Patrimônio Líquido	1.165.932	1.130.610
2.03.01	Capital Social Realizado	1.452.385	1.401.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-286.453	-270.775

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	118.099	109.941
3.01.01	Serviços Prestados	89.410	84.943
3.01.02	Receitas dos Serviços de Construção	31.045	29.757
3.01.03	Receitas Acessórias	4.340	3.036
3.01.04	Deduções dos Serviços Prestados	-6.696	-7.795
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-118.034	-104.501
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-86.989	-74.744
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-31.045	-29.757
3.03	Resultado Bruto	65	5.440
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.208	-5.106
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.615	-5.817
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-683	-439
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.932	-5.378
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	407	711
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.143	334
3.06	Resultado Financeiro	-17.656	-18.168
3.06.01	Receitas Financeiras	632	642
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.288	-18.810
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.799	-17.834
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.121	6.063
3.08.02	Diferido	8.121	6.063
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.678	-11.771
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.678	-11.771
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0073	-0,0065

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.678	-11.771
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.678	-11.771

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.657	26.174
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.300	42.435
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-15.678	-11.771
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	32.128	29.377
6.01.01.03	Baixas de Ativos Permanentes	110	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-8.121	-6.063
6.01.01.06	Receitas com Aplicações Financeiras Vinculadas	-394	-390
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos	13.890	14.593
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	1.688	1.429
6.01.01.10	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	2.678	2.459
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.530	669
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	24.469	12.132
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.825	-17.250
6.01.02.01	Contas a receber - Ativo	-598	-71
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas - Ativo	-93	37
6.01.02.03	Impostos a recuperar - Ativo	-172	185
6.01.02.05	Depósitos judiciais - Ativo	-687	14
6.01.02.06	Fornecedores - Passivo	-99	-4.903
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas - Passivo	29	414
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores - Passivo	272	585
6.01.02.09	Obrigações sociais - Passivo	729	893
6.01.02.10	Obrigações fiscais - Passivo	160	3.047
6.01.02.15	Outras contas a pagar - Passivo	-3.646	-1.762
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização - Passivo	31	0
6.01.02.18	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais - Passivo	-1.060	-1.869
6.01.02.20	Pagamento de juros - federais - Passivo	-12.691	-13.820
6.01.03	Outros	182	989
6.01.03.02	Despesas antecipadas - Ativo	909	954
6.01.03.04	Outros créditos - Ativo	52	35
6.01.03.08	Custo de transação - Empréstimo	115	0
6.01.03.11	Arrendamento mercantil pago (IFRS16)	-894	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-62.923	-58.528
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-378	-621
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-62.648	-55.154
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-152	-3.313
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	255	560
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	34.759	24.492
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - principal	-14.832	-13.508
6.03.06	Pagamentos de debêntures - principal	-1.409	0
6.03.15	Aumento de Capital	51.000	38.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.493	-7.862
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.412	27.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.905	19.428

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610
5.04	Transações de Capital com os Sócios	51.000	0	0	0	0	51.000
5.04.01	Aumentos de Capital	51.000	0	0	0	0	51.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.678	0	-15.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.678	0	-15.678
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.452.385	0	0	-286.453	0	1.165.932

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	38.000	0	0	0	0	38.000
5.04.01	Aumentos de Capital	38.000	0	0	0	0	38.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.771	0	-11.771
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.771	0	-11.771
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.265.885	0	0	-223.772	0	1.042.113

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	125.291	118.448
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	89.410	84.943
7.01.02	Outras Receitas	35.881	33.505
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	31.045	29.757
7.01.02.02	Outras Receitas	4.836	3.748
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-81.432	-69.606
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.794	-5.093
7.02.04	Outros	-76.638	-64.513
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-31.045	-29.757
7.02.04.02	Custo dos Serviços Prestados	-15.663	-16.843
7.02.04.03	Custo da Provisão para Manutenção	-24.469	-12.132
7.02.04.04	Custo da Concessão	-5.461	-5.781
7.03	Valor Adicionado Bruto	43.859	48.842
7.04	Retenções	-32.128	-29.377
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.128	-29.377
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.731	19.465
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.419	1.538
7.06.02	Receitas Financeiras	632	642
7.06.03	Outros	787	896
7.06.03.01	Juros Capitalizados	787	896
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.150	21.003
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.150	21.003
7.08.01	Pessoal	11.171	11.050
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.479	8.269
7.08.01.02	Benefícios	2.158	2.216
7.08.01.03	F.G.T.S.	534	565
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.553	1.895
7.08.02.01	Federais	-6.188	-2.460
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	4.634	4.354
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.210	19.829
7.08.03.01	Juros	15.577	16.022
7.08.03.02	Aluguéis	-12	273
7.08.03.03	Outras	3.645	3.534
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	149	302
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	638	594
7.08.03.03.06	Outras	2.858	2.638
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.678	-11.771
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.678	-11.771

Comentário do Desempenho



Pouso Alegre, 14 de maio de 2019 – A Autopista Fernão Dias S.A. empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2019 (1T19), período encerrado em 31 de março de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

No 1T19 o tráfego pedagiado registrou um volume de 37,2 milhões de veículos equivalentes. Em comparação ao 1T18 houve um aumento de 0,9%. Os fatores que influenciaram no desempenho do tráfego, estão relacionados, principalmente, à atividade econômica brasileira, que vem demonstrando uma leve recuperação em seus níveis industriais e agrícolas.

Receita Operacional Bruta

No 1T19 a receita operacional bruta foi de R\$ 124,8 milhões ante R\$ 117,7 milhões no 1T18, aumento de 6%, impactada pelos seguintes motivos:

- Receita de pedágio teve aumento em 5,3% decorrente do reajuste da tarifa em 4,4%. Além do aumento em 0,9% de tráfego pedagiado, conforme mencionado anteriormente.
- Em função da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no 1T19 como Receita de Obras R\$ 31,0 milhões ante R\$ 29,8 milhões no 1T18, (4,3%). Esse aumento foi em decorrência do maior volume de obras executadas ao longo da rodovia, tendo como contrapartida igual montante na rubrica “Custos dos Serviços de Construção”, eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.
- Já as receitas acessórias, advindas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$4,3 milhões, aumento de 43% em relação ao 1T18, devido a novo contrato firmado de fibra óptica, além de atualização de índice IPCA dos contratos vigentes.

Custos e Despesas

Os custos e despesas foram R\$ 92,1 milhões no 1T19 ante R\$ 80,2 milhões no 1T18, 14,8% maior em relação ao ano anterior.

- Nos Custos dos Serviços de Construção, houve um aumento de 4,3% se comparado ao mesmo período de 2018, sendo que este custo possui contrapartida como Receita de Obras, a fim de atender a Interpretação Técnica ICPC 01 e eliminando assim qualquer efeito sobre o resultado.
- Nos custos dos serviços prestados, houve redução de 9,2% (R\$ 3,1 milhões), deve-se, principalmente a renegociação de contratos e, também, adoção e aplicação do IFRS16 – Arrendamentos.

Comentário do Desempenho



- Nas despesas administrativas, houve aumento de 15,2% (R\$ 0,8 milhão), ante o mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se a contingências jurídicas, devido a revisão da avaliação de risco dos processos cíveis e trabalhistas.
- Na rubrica Provisão para manutenção, houve um aumento de 101,7% (R\$12,3 milhões), em relação ao mesmo período do ano anterior. Devido à revisão da provisão frente à expectativa de manutenção na rodovia, segundo o contrato de concessão.
- O resultado de outras receitas operacionais líquidas demonstra uma redução de 42,8%, ante 1T18. Esta redução deve-se a receita de danos ao patrimônio.

EBITDA e EBITDA Ajustado

A Companhia registrou EBITDA de R\$ 26 milhões no 1T19, redução de 12,5% em comparação ao apresentado no 1T18. Essa variação deve-se ao aumento na rubrica provisão de manutenção, conforme mencionado acima.

O EBITDA Ajustado, encerrou o 1T19 em R\$ 50,5 milhões, aumento de 20,6% em relação ao 1T18, explicada em grande parte devido ao crescimento da receita de pedágio, programa de redução de custos e, também, adoção e aplicação do IFRS16 – Arrendamentos, conforme mencionado anteriormente.

- Destaca-se que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01.

Resultado Financeiro

- No 1T19 a Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 17,7 milhões, ante R\$ 18,2 milhões (2,8% menor) no 1T18, decorrente da amortização das dívidas e por consequência ocasionando menor juros no período.

Lucro/Prejuízo Líquido

- A Arteris Fernão Dias registrou no 1T19 um prejuízo de R\$ 15,7 milhões contra o prejuízo de R\$ 11,8 milhões registrado no 1T18. Essa variação se deve principalmente ao aumento na rubrica de provisão de manutenção, conforme mencionado acima.

Endividamento

- O endividamento bruto da concessionária encerrou o 1T19 em R\$ 650,1 milhões ante R\$ 662,6 milhões registrados no 4T18. Essa redução de R\$ 12,5 milhões refere-se à amortização da dívida.

- O endividamento líquido da concessionária encerrou o 1T19 em R\$ 596,7 milhões ante R\$ 615,8 milhões registrados no 4T18. Essa redução se deve à amortização da dívida, já mencionado anteriormente.

Comentário do Desempenho



Investimentos

- No 1T19, foram investidos R\$ 63 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se principalmente (i) manutenção do pavimento; (ii) recuperação de terraplenos e estruturas de contenção ao longo da Rodovia; (iii) implantação de dispositivos de Proteção e Segurança; (iv) Sinalização. Do montante desembolsado 90% foram para obras de recuperação e manutenção da rodovia, 9% para obras de melhoramento da rodovia e 1% para a operação da rodovia.

Dividendos

Não houve pagamentos de dividendos no período.

Comentário do Desempenho



Veículos Equivalentes	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
Fernão Dias	37.235	38.884	36.913	-4,2%	0,9%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
RECETA OPERACIONAL BRUTA	124.795	142.984	117.736	-12,7%	6,0%
Receitas de pedágio	89.410	89.830	84.943	-0,5%	5,3%
Receitas de obras	31.045	49.413	29.757	-37,2%	4,3%
Receitas acessórias	4.340	3.741	3.036	16,0%	43,0%
DEDUÇÕES DA RECETA	(6.696)	(8.296)	(7.795)	-19,3%	-14,1%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	118.099	134.688	109.941	-12,3%	7,4%
CUSTOS E DESPESAS	(92.114)	(107.778)	(80.230)	-14,5%	14,8%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(30.426)	(33.132)	(33.495)	-8,2%	-9,2%
Custo dos serv. de construção	(31.045)	(49.413)	(29.757)	-37,2%	4,3%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.898)	(5.723)	(5.118)	3,1%	15,2%
Remuneração da administração	(683)	(556)	(439)	22,8%	55,6%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(24.469)	(19.117)	(12.132)	28,0%	101,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	407	163	711	149,7%	-42,8%
EBITDA	25.985	26.910	29.711	-3,4%	-12,5%
Margem EBITDA	29,8%	31,6%	37,1%	-5,4%	-19,4%
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(32.128)	(30.834)	(29.377)	4,2%	9,4%
Depreciação de imobilizado	(1.499)	(319)	(287)	369,9%	422,3%
Amortização do intangível	(30.629)	(29.624)	(28.199)	3,4%	8,6%
Amortização do diferido	-	(891)	(891)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(17.656)	(18.068)	(18.168)	-2,3%	-2,8%
Receitas financeiras	632	616	642	2,6%	-1,6%
Despesas financeiras	(18.288)	(18.684)	(18.810)	-2,1%	-2,8%
PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(23.799)	(21.992)	(17.834)	8,2%	33,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.121	7.382	6.063	10,0%	33,9%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	8.121	7.382	6.063	10,0%	33,9%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(15.678)	(14.610)	(11.771)	7,3%	33,2%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	1T19	4T18	1T18	Var% 1T19/4T18	Var% 1T19/1T18
EBITDA ¹	25.985	26.910	29.711	-3,4%	-12,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	24.469	19.117	12.132	28,0%	101,7%
EBITDA Ajustado ²	50.454	46.027	41.843	9,6%	20,6%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Arteris Fernão Dias é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
Findo em 31 de Março de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$146.942 (R\$143.872 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus empréstimos e financiamentos classificados no circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre findo em 31 de março de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de março de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$110.164 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 31 de março de 2019 o montante de R\$372.894 (R\$361.608 em 31 de dezembro de 2018) referente aos investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$744.558 (R\$726.379 em 31 de dezembro de 2018) referente aos recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$7.486 as quais não estão incluídas no parágrafo acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras comparativas abrangendo esse tema não foram apresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluindo os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção da IFRS 16 no balanço patrimonial:

	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
Ativo			
Circulante	50.230	-	50.230
Não circulante	1.979.796	9.601	1.989.397
Imposto de renda e contribuição social diferidos	154.974	32	155.006
Direito de uso - IFRS 16	-	9.569	9.569
	<u>2.030.026</u>	<u>9.601</u>	<u>2.039.627</u>
Passivo			
Circulante	193.205	3.967	197.172
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	3.967	3.967
Não circulante	670.826	5.697	676.523
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	5.697	5.697
Patrimônio líquido	1.165.995	(63)	1.165.932
Arrendamento mercantil - IFRS 16	-	(63)	(63)
	<u>2.030.026</u>	<u>9.601</u>	<u>2.039.627</u>

ii) Impactos da adoção da IFRS 16 na demonstração do resultado:

	31.03.2019 antes dos ajustes	IFRS 16	31.03.2019
Demonstração do resultado			
Receita operacional líquida	118.099	-	118.099
Custo dos serviços prestados	(118.149)	115	(118.034)
Equivalência patrimonial	-	-	-
Resultado bruto	<u>(50)</u>	<u>115</u>	<u>65</u>
Despesas gerais e administrativas	(6.615)	-	(6.615)
Outras receitas operacionais, líquidas	407	-	407
Resultado antes do resultado financeiro	<u>(6.258)</u>	<u>115</u>	<u>(6.143)</u>
Receitas financeiras	632	-	632
Despesas financeiras	(18.078)	(210)	(18.288)
Resultado antes dos impostos	<u>(23.704)</u>	<u>(95)</u>	<u>(23.799)</u>
Imposto corrente	-	-	-
Imposto diferido	8.089	32	8.121
Resultado do período	<u>(15.615)</u>	<u>(63)</u>	<u>(15.678)</u>

ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.”

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e contas bancárias	5.180	3.647
Aplicações financeiras (*)	<u>20.725</u>	<u>15.765</u>
Total	<u>25.905</u>	<u>19.412</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 97,65% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (a)	15.725	15.355
Cupons de pedágio a receber	803	694
Cartões de pedágio a receber	457	104
Receitas acessórias a receber (b)	2.537	2.818
Outras receitas a receber	48	1
Total	<u>19.570</u>	<u>18.972</u>

(a) Conforme nota explicativa nº 25.c.

(b) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme renovação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(23.799)	(17.834)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	8.092	6.064
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	29	(1)
Total	<u>8.121</u>	<u>6.063</u>
 Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>8.121</u>	<u>6.063</u>
	<u>8.121</u>	<u>6.063</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	<u>ativo</u>	
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	396.574	380.840
Provisão de participação nos lucros	2.973	2.362
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.913	4.443
Outras provisões	2.338	2.748
Provisão para manutenção de rodovias	90.252	84.409
Amortização acumulada de obras futuras	14.461	13.530
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	2.468	1.434
Pis e Cofins s/receitas	-	1.588
Arrendamentos - IFRS 16	210	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(137)	(129)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	514.639	491.812
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>174.977</u>	<u>167.216</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	17.939	16.883
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(58.739)	(59.795)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(19.971)</u>	<u>(20.331)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>155.006</u>	<u>146.885</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2019	6.851
2020	21.310
2021	19.480
2022	19.480
2023	13.727
Após 2024	94.129
	<u>174.977</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 51% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais, os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a soma das prestações pagas nos 3 (três) últimos meses, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2019 o saldo é de R\$27.517 (R\$27.435 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,65% da variação do CDI.

9. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Adições	5.223	3.075	651	1.125	521	157	10.752
Saldo em 31.03.2019	<u>5.223</u>	<u>3.075</u>	<u>651</u>	<u>1.125</u>	<u>521</u>	<u>157</u>	<u>10.752</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(522)	(335)	(119)	(126)	(71)	(10)	(1.183)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	<u>(522)</u>	<u>(335)</u>	<u>(119)</u>	<u>(126)</u>	<u>(71)</u>	<u>(10)</u>	<u>(1.183)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	4.701	2.740	532	999	450	147	9.569
Taxas de amortização - a.a.	40%	34%	68%	36%	51%	24%	

- (a) Referem-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Referem-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Referem-se a veículos administrativos.
- (d) Referem-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Referem-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Referem-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2018	2.593	1.723	5.582	4.064	13.962
Adições	36	187	-	155	378
Transferências/reclassificações	-	(69)	-	-	(69)
Alienações/baixas	-	(13)	-	-	(13)
Saldo em 31.03.2019	<u>2.629</u>	<u>1.828</u>	<u>5.582</u>	<u>4.219</u>	<u>14.258</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(797)	(713)	(3.840)	(802)	(6.152)
Depreciações	(57)	(27)	(144)	(88)	(316)
Alienações/baixas	-	13	-	-	13
Saldo em 31.03.2019	<u>(854)</u>	<u>(727)</u>	<u>(3.984)</u>	<u>(890)</u>	<u>(6.455)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.796	1.010	1.742	3.262	7.810
Saldo em 31.03.2019	1.775	1.101	1.598	3.329	7.803
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2017	2.427	1.210	5.570	1.935	11.142
Adições	51	-	7	563	621
Transferências/reclassificações	2	-	-	545	547
Alienações/baixas	-	(6)	-	-	(6)
Saldo em 31.03.2018	<u>2.480</u>	<u>1.204</u>	<u>5.577</u>	<u>3.043</u>	<u>12.304</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(570)	(710)	(3.168)	(710)	(5.158)
Depreciações	(57)	(18)	(167)	(45)	(287)
Transferências/reclassificações	-	-	-	(13)	(13)
Alienações/baixas	-	6	-	-	6
Saldo em 31.03.2018	<u>(627)</u>	<u>(722)</u>	<u>(3.335)</u>	<u>(768)</u>	<u>(5.452)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.857	500	2.402	1.225	5.984
Saldo em 31.03.2018	1.853	482	2.242	2.275	6.852
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	2.227.516	4.613	28.659	-	2.260.788
Adições	11.466	10.777	9.546	-	31.789
Transferências/reclassificações	263	-	(194)	-	69
Alienações/baixas	(135)	-	-	-	(135)
Saldo em 31.03.2019	<u>2.239.110</u>	<u>15.390</u>	<u>38.011</u>	<u>-</u>	<u>2.292.511</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(498.406)	(2.347)	-	-	(500.753)
Amortizações	(29.366)	(1.263)	-	-	(30.629)
Alienações/baixas	25	-	-	-	25
Saldo em 31.03.2019	<u>(527.747)</u>	<u>(3.610)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(531.357)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.729.110	2.266	28.659	-	1.760.035
Saldo em 31.03.2019	1.711.363	11.780	38.011	-	1.761.154
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	2.074.956	3.666	36.815	35	2.115.472
Adições	22.934	518	8.571	-	32.023
Transferências/reclassificações	4.446	-	(4.958)	(35)	(547)
Saldo em 31.03.2018	2.102.336	4.184	40.428	-	2.146.948
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(383.052)	(2.014)	-	-	(385.066)
Amortizações	(28.129)	(70)			(28.199)
Transferências/reclassificações	13	-			13
Saldo em 31.03.2018	(411.168)	(2.084)	-	-	(413.252)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.691.904	1.652	36.815	35	1.730.406
Saldo em 31.03.2018	1.691.168	2.100	40.428	-	1.733.696
Taxas de amortização - a.a.	4%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para ajuste ao valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2019 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$788 (R\$896 em 31 de março de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2019 foi de 0,33% a.a. (0,41% a.a. em 2018).

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	66.781	520.599	587.380	59.042	580.281	639.323
Juros provisionados	14.039	-	14.039	57.622	-	57.622
Amortização de principal	(14.832)	-	(14.832)	(55.962)	-	(55.962)
Pagamento de juros	(12.691)	-	(12.691)	(53.603)	-	(53.603)
Transferência	16.870	(16.870)	-	59.682	(59.682)	-
	<u>70.167</u>	<u>503.729</u>	<u>573.896</u>	<u>66.781</u>	<u>520.599</u>	<u>587.380</u>
Custo de transação	(446)	(3.819)	(4.265)	(445)	(3.930)	(4.375)
Saldo final	<u>69.721</u>	<u>499.910</u>	<u>569.631</u>	<u>66.336</u>	<u>516.669</u>	<u>583.005</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.03.2019	31.12.2018
Finame	6% a.a	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	59	117
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05%	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	442.713	456.456
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25%	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	131.124	130.807
				<u>573.896</u>	<u>587.380</u>

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	50.311
2021	81.145
2022	88.507
2023	96.536
Após 2024	<u>187.230</u>
	<u>503.729</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Moeda local	31.03.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.614	78.149	79.763	-	72.706	72.706
Juros provisionados	1.436	890	2.326	4.490	3.997	8.487
Amortização de principal	(1.409)	-	(1.409)	-	-	-
Pagamento de juros	-	-	-	(1.430)	-	(1.430)
Transferência	(1.409)	1.409	-	(1.446)	1.446	-
	<u>232</u>	<u>80.448</u>	<u>80.680</u>	<u>1.614</u>	<u>78.149</u>	<u>79.763</u>
Custo de transação	(22)	(144)	(166)	(22)	(149)	(171)
Saldo final	<u>210</u>	<u>80.304</u>	<u>80.514</u>	<u>1.592</u>	<u>78.000</u>	<u>79.592</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2019	31.12.2018
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a	set/26	80.680	79.763
				<u>80.680</u>	<u>79.763</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
4ª emissão - Série única	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	67.540
		<u>65.000</u>			<u>67.540</u>

Em 31 de março de 2019 as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das debêntures apresentam vencimento após 2022.

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de março de 2019 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2019 o saldo de R\$20.561 (R\$30.984 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$13.873 (R\$12.182 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Estão compostos por:

	31.03.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	4.518	6.234	10.752
Utilização	(1.298)	-	(1.298)
Ajuste a valor presente - AVP	210	-	210
Transferência	537	(537)	-
	<u>3.967</u>	<u>5.697</u>	<u>9.664</u>

Em 31 de março de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	2.815
2021	2.741
2022	127
2023	14
Após 2023	-
	<u>5.697</u>

Em 31 de março de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.03.2019	
	Contratos com prazo inferido a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras e despesas administrativas.

Os saldos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 31 de março de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**Autopista Fernão Dias S.A.**

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A. - controladora (a)	93	-
Total do ativo circulante	<u>93</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (a)	1.227	1.308
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	65	95
Total do passivo circulante	<u>1.292</u>	<u>1.403</u>

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>
<u>Controladora</u>		<u>Despesas gerais (a)</u>
Arteris S.A.	(2.430)	-
Juros Capitalizados (*)	-	-
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	(102)
Total	<u>(2.430)</u>	<u>(102)</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$217 (R\$1.949 em 31 de março de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2019, a Sociedade reconheceu o montante de R\$161 respectivamente a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$522 relativo ao rateio da Holding, que totaliza R\$683 (R\$439 em 31 de março de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.400.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.973 e R\$2.362.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, depreciation and Amortization* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

Notas Explicativas**Autopista Fernão Dias S.A.**

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2019
Cíveis	511	911	(158)	(568)	696
Trabalhistas	500	853	(76)	(492)	785
Regulatório	3.432	-	-	-	3.432
Total	4.443	1.764	(234)	(1.060)	4.913

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31.03.2018
Cíveis	591	504	(188)	(343)	564
Trabalhistas	561	1.361	(1.008)	(602)	312
Regulatório	4.213	-	-	(924)	3.289
Total	5.365	1.865	(1.196)	(1.869)	4.165

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$4.913 (R\$4.443 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$4.982 em 31 de março de 2019 (R\$5.136 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$20.129 em 31 de março de 2019 (R\$20.480 em 31 de dezembro de 2018) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	-	53.088	66.109	31.321	66.109	84.409
Adições/Reversões	-	16.032	-	8.437	-	24.469
Utilizações	-	(20.060)	-	-	-	(20.060)
Ajuste a valor presente	-	-	1.034	1.434	1.034	1.434
Transferências	16.073	6.563	(16.073)	(6.563)	-	-
Saldo em 31.03.2019	16.073	55.623	51.070	34.629	67.143	90.252

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	21.516	26.983	41.818	80.695	63.334	107.678
Adições/Reversões	-	6.768	-	5.364	-	12.132
Utilizações	-	(18.234)	-	-	-	(18.234)
Ajuste a valor presente	-	382	929	1.160	929	1.542
Transferências	9.151	7.523	(9.151)	(7.523)	-	-
Saldo em 31.03.2018	30.667	23.422	33.596	79.696	64.263	103.118

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Os pagamentos efetuados no trimestre findo em 31 de março de 2019 referente às manutenções realizadas, foram de R\$29.677 (R\$11.825 em 31 de março de 2018).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.452.885, compostos por 2.134.105.562 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.452.385 (R\$1.401.385 em 31 de dezembro de 2018).

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
21.01.2019	AGE	Dinheiro	-	-	18.000
20.02.2019	AGE	Dinheiro	-	-	17.000
20.03.2019	AGE	Dinheiro	-	-	16.000
			-	-	51.000

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do trimestre é como segue:

	31.03.2019	31.03.2018
Receita de serviços prestados	89.410	84.943
Receita de serviços de construção	31.045	29.757
Outras receitas	4.340	3.036
Receita bruta	124.795	117.736
ISSQN	(4.615)	(4.344)
PIS	(370)	(614)
COFINS	(1.711)	(2.835)
Outras deduções	-	(2)
Receita líquida	118.099	109.941

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.435)	(2.517)
Serviços de terceiros	(752)	(547)
Manutenção de bens e conservação	(199)	(282)
Consumo	(222)	(312)
Transportes	(53)	(148)
Seguros/Garantias	(7)	(2)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.530)	(669)
Comunicação e marketing	(111)	(190)
Indenizações à terceiros	(5)	-
Publicações legais	(140)	(166)
Depreciação / Amortização	(34)	(260)
Outros	(444)	(285)
Total	<u>(5.932)</u>	<u>(5.378)</u>
	<u>31.03.2019</u>	<u>31.03.2018</u>
Custos:		
Com pessoal	(8.053)	(8.097)
Serviços de terceiros	(6.431)	(8.285)
Conservação	(6.735)	(6.990)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(442)	(489)
Consumo	(1.421)	(1.702)
Transportes	(1.447)	(1.579)
Verba de fiscalização	(3.776)	(3.619)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	-	(408)
Seguros / Garantias	(871)	(860)
Provisão de manutenção em rodovias	(24.469)	(12.132)
Custos de serviços da construção	(31.045)	(29.757)
Depreciação / Amortização	(32.094)	(29.117)
Outros	(1.250)	(1.466)
Total	<u>(118.034)</u>	<u>(104.501)</u>

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2019	31.03.2018
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	631	640
Outras receitas	1	2
Total	632	642
	31.03.2019	31.03.2018
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(15.577)	(16.022)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.678)	(2.459)
Outras despesas	(33)	(329)
Total	(18.288)	(18.810)

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2019	31.03.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	29.967	20.245
Juros capitalizados	787	896
	31.03.2019	31.03.2018
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(61.613)	(44.272)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	31.03.2019	31.03.2018
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(15.678)	(11.771)
Número de ações durante exercício	2.134.106	1.825.353
Prejuízo por ação	(0,0073)	(0,0064)

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.03.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	25.905	-	19.412	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	19.570	-	18.972
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	93	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	27.517	-	27.435	-
Outros Créditos	Nível 2	-	865	-	781
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	(569.631)	-	(583.005)
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	(1.292)	-	(1.403)
Debêntures	Nível 2	-	(80.514)	-	(79.592)
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	(34.434)	-	(43.166)
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	(1.259)	-	(1.228)
Outras contas a pagar	Nível 2	-	(3.142)	-	(6.788)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	(9.664)	-	-
		<u>53.422</u>	<u>(679.408)</u>	<u>46.847</u>	<u>(695.429)</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Receita de aplicações financeiras	3.062	3.828	4.593
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>3.062</u>	<u>3.828</u>	<u>4.593</u>
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(53.915)	(64.223)	(74.532)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(53.915)</u>	<u>(64.223)</u>	<u>(74.532)</u>
IPCA	3,89%	4,86%	5,84%
Juros a incorrer - Debêntures	(3.138)	(3.923)	(4.708)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(3.138)</u>	<u>(3.923)</u>	<u>(4.708)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(53.991)</u>	<u>(64.318)</u>	<u>(74.647)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2019 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$15.725 (R\$15.355 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
BNDES Automático	9,05%	85.992	117.600	117.599	117.599	328.839	767.629
Finame	6,00%	59	-	-	-	-	59
Debêntures - IPCA	12,28%	1.511	3.060	3.195	26.231	103.360	137.357
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	34.434	-	-	-	-	34.434
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	1.292	-	-	-	-	1.292
Outras contas a pagar	0,00%	3.142	-	-	-	-	3.142
		<u>126.430</u>	<u>120.660</u>	<u>120.794</u>	<u>143.830</u>	<u>432.199</u>	<u>943.913</u>

Notas Explicativas**Autopista Fernão Dias S.A.**

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.04 a 30.06.2019	01.07 a 30.09.2019	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	Total
BNDES Automático	9,05%	27.495	29.097	29.400	29.401	115.393
Finame	6,00%	59	-	-	-	59
Debêntures - IPCA	12,28%	-	1.511	-	-	1.511
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	26.898	2.484	5.052	-	34.434
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	1.292	-	-	-	1.292
Outras contas a pagar	0,00%	3.142	-	-	-	3.142
		<u>58.886</u>	<u>33.092</u>	<u>34.452</u>	<u>29.401</u>	<u>155.831</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	177.750

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2019 é de R\$3.286 (R\$3.286 em 31 de dezembro de 2018).

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Aumento de capital

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Ações emitidas</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor integralizado</u>
01/04/2019	AGE	150.000	84.000	0
			<u>84.000</u>	<u>0</u>

Integralizações

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Valor integralizado</u>
22/04/2019	AGE	1.000
		<u>1.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autopista Fernão Dias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de maio de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**Declaração da Diretoria Parecer**

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Thouché Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2019.

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Luciano Louzane
Diretor de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva
Diretor de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no período findo em 31 de março de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.